

é que cumprir a ordem jurídica vigente, que não estabelece o direito de propriedade para a terra que não cumpre a sua função social. Então, reforma agrária, em relação às áreas improdutivas, significa cumprimento da Constituição. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex.^a, fiz questão de interferir, V. Ex.^a sabe que sou favorável às ocupações de terras, mas não às de terras produtivas, mas, quando o Governo Federal não cumpre a Constituição, quando o Governo Federal não respeita a ordem jurídica vigente, deixando que milhões de hectares improdutivos continuem descumprindo a função social estabelecida constitucionalmente, de alguma forma se tem que buscar o respeito à Constituição. Mas saúdo V. Ex.^a por trazer este tema e espero que não só o Movimento dos Sem-Terra escute o pronunciamento de V. Ex.^a, mas principalmente o Governo Federal. Temos preocupação em relação ao Paraná, gigantescas preocupações. Já foram várias audiências feitas com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Reforma Agrária, em relação ao clima de violência muito grande. Estamos assustados e queremos, efetivamente, que os Parlamentares dêem sua parcela de contribuição também, como V. Ex.^a o faz agora, trazendo ao debate a questão da reforma agrária.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Senadora Heloisa Helena, quando eu disse que o Senador Suplicy poderia levar um recado ao MST foi porque a **TV Senado** ainda não chegou aos assentamentos e aos acampamentos, apesar do progresso que já se verifica em alguns deles. Em frente ao Palácio do Paraná, por exemplo, aquele acampamento já tem padaria, farmácia, horta. Há até quem queira solicitar uma visita do Incra para ver se aquela praça é produtiva ou não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A **TV Senado** também?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – A **TV Senado** atinge todos os órgãos de Governo. Os Ministros de Estado, os Governadores podem assisti-la, mas, para o MST, evidentemente, temos aqui um grande representante que é o Suplicy, como V. Ex.^a também, Senadora Heloisa Helena. E eu concordo com o que disse V. Ex.^a em seu aparte: quanto mais reforma agrária, menos conflito. Só discordo numa coisa: não é porque o Governo Federal deixa de cumprir a Constituição Federal que alguém ganha o direito de invadir propriedade produtiva. Se há tanta terra improdutiva, como se alardeia – e acredito que haja, embora no Paraná já não haja tanto –, então que se invadam as terras improdutivas!

Creio que o MST está cometendo um erro estratégico. Quando eu disse ao Senador Eduardo Suplicy que o MST tinha 82% do apoio, mas não tem mais, é por causa disso. Se o MST invadir só propriedade improdutiva, também voltarei a estar junto com V. Ex.^a e com o Senador Eduardo Suplicy, compondo esses 82%, talvez até 100%, porque já percebi aqui que o Senador Ney Suassuna vai apoiar o Movimento, caso ele só invada propriedades improdutivas. Por outro lado, se houver propriedade produtiva invadida, o MST perde o meu apoio!

Sr. Presidente, vou encerrar o pronunciamento, embora haja outros pedidos de apartes; V. Ex.^a já foi complacente com o tempo comigo e compreendo. Digo apenas o seguinte: em nome do Sr. José Bolívar García Lellis, de 82 anos, e da sua esposa, Júlia de Jesus García, de 80 anos, internados no Hospital de Londrina depois de terem invadido seu patrimônio construído durante toda essa longa vida, estou fazendo o alerta não só ao Governo do Paraná, mas a todas as autoridades que têm a responsabilidade de fazer cumprir a ordem e a lei neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, quero avisar ao Plenário que, tendo em vista a carta do Ministro Rafael Greca colocando-se à disposição do Senado e do Plenário, estou marcando para o dia 18, quinta-feira, às 10h da manhã, o comparecimento do Ministro e a fala ao Senado, com as interpelações dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que quiserem inscrever-se poderão fazê-lo a partir de amanhã, às 14h30min.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex.^a, pela ordem.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pensei que, pela lista de inscrição, seria o próximo orador. Parece-me que o eminente Senador Ney Suassuna já falou como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Exatamente. Ele falou como Líder, não era o caso da comunicação inadiável. E falou por dois minutos, em relação ao nosso Colega Cunha Lima. Ele foi pulado, no caso, porque vi o nome do Senador Osmar Dias antes. Então, é ele quem tem a palavra, e V. Ex.^a a terá posteriormente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

gostaria apenas de me inscrever para falar pela Liderança, com brevidade, em seguida aos oradores já anunciados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o jornal **Folha de S. Paulo**, na edição de domingo, de 7 de novembro, trouxe excelente reportagem (duas páginas inteiras), intitulada Paraíba sofre a pior estiagem do século.

Na mesma semana, a revista **IstoÉ Dinheiro*** dedicou a capa ao tema A luta pela água, e novamente a Paraíba ocupou lugar de destaque na matéria sobre o flagelo da seca.

O **lead** da matéria traduzia, em cores fortes e desgraçadamente reais, o drama tantas vezes relatado desta tribuna: "com apenas uma pequena parte dos R\$20 bilhões que gastou para resgatar banqueiros e bancos da enrascada em que se enfiaram, ora por esperteza, ora por incompetência, o Governo Federal iria matar a sede de 12 milhões de nordestinos e criar a condição mínima para que o Nordeste pudesse sonhar com o futuro. O Nordeste não sonha e, persistindo a negligência de Brasília, não tem futuro".

Prossegue a matéria: "ao contrário, tem pesadelo, com os olhos abertos, à luz de um sol que racha o solo seco dos açudes, inibe o desenvolvimento industrial, tira a população do sertão, mata crianças num ritmo que está mais para Somália do que para São Paulo".

Srs. Senadores, a matéria realça ainda que, com US\$2 bilhões emprestados pelo Banco Mundial e US\$300 milhões como contrapartida do Governo brasileiro, o projeto de transposição das águas do rio São Francisco saíria do papel. Aliás, valores esses reconhecidos e expressos no PPA. A matéria fala em bilhão de dólar. Para nossa satisfação, não é dólar, é real. Então, é muito mais barato do que o jornal citava.

Essa transposição não levaria o Nordeste ao Primeiro Mundo, porque persistiriam os baixos níveis de educação que imobilizam socialmente quase 50% da população, que mal escreve o nome; mas acabaria com a sede de 12 milhões de brasileiros do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco e da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a destinação de espaços nobres em veículos de comunicação da magnitude da **Folha de S. Paulo** e da revista **Isto É Dinheiro e Hoje**, também do Estado de São Paulo,

além da revista **Veja**, que também está realizando matéria a respeito, acende a chama da esperança naqueles que, como eu, inconformados com a indiferença do resto da Nação diante desse drama cotidiano, batalham para reiterar a divulgação desse verdadeiro holocausto dos guetos impotentes dos jornais de circulação restrita ao local que, desafortunadamente, lhe serve de palco.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho abordado desta tribuna, de forma obsessiva e obstinada, a questão da seca. Para mim, essa questão é a mais importante bandeira política do povo paraibano. Não me importo mesmo de ser visto algumas vezes como impertinente ou arauto de uma ladainha sem fim.

Enquanto não for resolvido esse drama inaceitável, que mata de fome e sede crianças, moços e velhos todos os anos, numa ciranda macabra e recorrente, não posso calar a minha voz e a minha indignação, e recuso-me ao silêncio confortável dos fracos e dos omissos!

É preciso denunciar milhões de vezes, se necessário, repetir, reivindicar, repercutir, propor soluções e incomodar, até que a nossa voz se faça ouvir e desencadeie ações efetivas rumo à reversão desse modelo angustiante de sobrevivência que ofende a vida.

Os depoimentos registrados pela excelente matéria da enviada especial da **Folha de S. Paulo**, Patrícia Andrade, ao Cariri paraibano expressam a crueldade dos efeitos da seca sobre as vidas humanas, condenadas à pobreza, à desnutrição, à miséria e ao abandono, vidas que se contam às dezenas e servem para configurar uma catástrofe pela qual somos todos um pouco responsáveis. Ou aceitamos essa responsabilidade ou comprometemos o conceito de Nação, que suporta os pilares do Estado Federativo que gostaríamos de construir.

Dos 223 municípios paraibanos, 193 estão em estado crítico por conta da seca. Dos 123 sistemas de abastecimento de água, 43 estão em total colapso. Estima-se que mais de 70% do rebanho bovino tenha sido dizimado entre 1988 e 1999. E o prejuízo da agricultura em 1998 foi, para um Estado pobre como a Paraíba, que arrecada menos de R\$100 milhões/mês, de R\$850 milhões.

Cerca de 1,2 milhão de pessoas – quase 40% da população – dependem de carros-pipa para ter água em suas casas, fazendo filas na madrugada para conseguir o benefício supremo de uma gota d'água para beber.

Setenta e quatro por cento da área total do Estado está em processo acelerado de desertificação,

sendo que, de acordo com dados do Governo Estadual, 2,3 milhões de pessoas sofrem os efeitos dessa desertificação, em 113 municípios afetados. É uma calamidade.

O Governo Estadual tem-se desdobrado no enfrentamento dos múltiplos problemas que envergonham o Poder Público e aviltam a condição humana dos nossos conterrâneos.

Segundo o Secretário de Saúde da Paraíba, Dr. José Maria de França, a ação governamental, em parceria com o trabalho comunitário, por intermédio dos agentes de saúde, tem registrado pequenas vitórias no que tange à mortalidade infantil, apesar da seca. A diarreia é o maior inimigo dessas crianças que tomam água suja dos carros-pipa e, é claro, estão sofrendo as conseqüências. Todavia, o Governo não logrou êxito no combate à desnutrição, exatamente em razão dos reflexos perversos da estiagem na economia paraibana.

A experiência com as frentes de trabalho emergencial, nas quais estão registrados 110 mil trabalhadores, aliada ao programa de distribuição de cestas básicas que atende 228 mil famílias, tem servido para aliviar pontualmente parte das comunidades atingidas, mas não serve absolutamente para resolver de uma vez por todas essa mancha vergonhosa em nossa cidadania. As cestas básicas estão, em muitos Municípios, atrasadas três meses. O pagamento é de R\$ 60,00 por mês para os 110 mil trabalhadores alistados.

É preciso que o povo brasileiro se una para apoiar e legitimar o imediato início de um programa estrutural de erradicação das causas da pobreza decorrentes dos ciclos de seca prolongados que, ano após ano, maltratam e infelicitam milhões de nordestinos que resistem, excluídos e à margem de quaisquer perspectivas de futuro. Quase sempre migram e vêm formar cordões de miséria em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, criando revolta e aumentando a violência.

É evidente que esse programa começa pela transposição das águas do Rio São Francisco. Não se trata da transposição total das águas. Em um rio que possui 2.060m³/seg, a transposição significaria 70m³/seg, ou seja, um filete que resolveria um problema de 12 milhões de pessoas. Mas do que criar condições para o manejo adequado de recursos hídricos, com vistas à atividade econômica, o projeto irá, indubitavelmente, contribuir de maneira determinante para o resgate da enorme dívida social do resto do Brasil para com nossos irmãos nordestinos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o atributo da solidariedade não nos permite esquecer desses brasileiros – que viveram o primeiro ciclo econômico, o da cana-de-açúcar, de onde partiram recursos para as Regiões Sudeste e Sul –, dos quais injustamente têm sido furtados os direitos universais de uma existência digna e feliz.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou apresentando na tarde de hoje dois requerimentos para os quais peço apoio de V. Ex^{as}. O primeiro refere-se à criação de uma comissão temporária destinada a acompanhar, junto ao Poder Executivo, a realização físico-financeira das obras dos projetos de transposição dessas águas do São Francisco.

O Sr. Artur da Távola (Sem Partido – RJ) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Artur da Távola (Sem Partido – RJ) – Senador Suassuna, trata-se de uma pergunta cândida e talvez essencial. Ouve-se há anos e anos o flagelo da seca ser verberado. Aparecem soluções tecnológicas que vão mudando de prioridade: poços, poços artesianos, lagos, lagoas, açudes. Agora V. Ex^a cita a questão das águas do São Francisco. Pergunto-lhe, candidamente, por que, a juízo de V. Ex^a, isso não se resolve? Será que não é tão simples, será que por tão simples ou será que, por uma própria razão da estrutura social da região, talvez efetivamente não interesse a certos segmentos que, de alguma maneira, se beneficiam com a miséria alheia, a existência de soluções, porque integrariam doze milhões de pessoas num mercado com outro tipo de participação? A juízo de V. Ex^a, com sua experiência, por que, se a questão tecnológica já está resolvida, essa questão não se resolve? O que impede, basicamente?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No início, faltavam recursos. Dom Pedro II prometeu que venderia até as jóias da Coroa para fazer a transposição e solucionar o problema. Não vendeu e não resolveu, até porque a tecnologia na época era muito menor.

Depois disso, houve algumas soluções. Inúmeras barragens, grandes açudes – o de Orós – e boqueirões foram feitos. No entanto, os fenômenos El Niño e La Niña agravaram a situação. Há três anos, não temos chuvas. A Paraíba está assentada em uma região de cristalino, em uma grande pedra que fica abaixo da terra rasa. Logo, o lençol freático só existe se atingir alguma fenda dessa pedra. Assim

mesmo, exaure-se rapidamente pois ele é de pequena monta.

Nas regiões do Cariri e do Curimataú, o lençol freático, além de pequeno, é extremamente salobro. Quando perfuramos um poço, temos de colocar um desalinizador. Um terço da água é retirado para uso, dois terços são jogados fora e salinizam onde caem. Mesmo tirando o sal, o magnésio não faz bem ao ser humano, gerando disenteria, mas o animal consegue tomar essa água, assim como, em muitos casos, as nossas populações.

No entanto, dos 6.500 poços artesanais da Paraíba, 3.500 estão inteiramente secos. Quando a chuva vier, só nos resta aproveitar todos os cursos d'água e a transposição, que significaria de 2.060 m³/segundo do rio. O Rio São Francisco detém 60% das águas do Nordeste. Tiraríamos 70m³/s de água, que não faria falta a ninguém e que resolveria o consumo animal e humano e, em algumas áreas, até permitiria a fixação do homem no campo.

Lamentavelmente, está faltando apenas vontade política.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Se a solução científica já existe, o que está faltando? O projeto é caro?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O projeto de viabilidade econômica acabou de ser feito e o de engenharia será concluído neste mês. Mas, na realidade, para atingir a última etapa, serão necessários seis anos, desde que começemos hoje. Se, porém, começarmos no próximo ano, serão sete anos. Há uma previsão de que ainda haverá cinco anos de seca.

Não temos nem condições de ter indústria. O Senador José Alencar, por exemplo, dispõe de uma indústria grandiosa em Campina Grande, uma redenção para nós. Quando a implantou, não enfrentava problema d'água, como hoje. Já a São Paulo Alpargatas, que produz em Campina Grande 104 milhões de pares de sapatos, no ano passado e neste ano, diminuiu a produção devido à falta de água. Não há empregos na indústria. Esqueça a agricultura, onde, com 76% de quebra, há uma calamidade.

Falta mesmo vontade política. O projeto deve-se iniciar já, para que se dê a um povo o direito de beber água, que, de acordo com a Bíblia, não deve ser negada. Não temos água hoje para beber.

Incorporo o seu aparte, Senador Artur da Távola, ao meu pronunciamento com muita satisfação. V. Ex^a me fez uma pergunta crucial: "O que falta?" E respondendo: vontade política. Falta bater na mesa e dizer: "Vamos começar já!"

Sabemos que não será para amanhã, mas teremos esperança, coisa que hoje não temos. A cada dia, há mais desesperança, mais migrantes quebram a cadeia familiar e vão embora para o Sul, para o Sudeste e para o Centro-Oeste do Brasil, gerando mais problemas, pois mais de 70% deles não têm escolaridade, não encontram emprego nas cidades e vão para a marginalidade, acarretando mais violência.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a ma concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a, Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna, ouço com a maior atenção o pronunciamento de V. Ex^a. Conhecemos bem os problemas da região Nordeste do Brasil e sabemos o quanto é aflitiva a situação daqueles que lá vivem. V. Ex^a diz que o que falta é vontade política, pois hoje a tecnologia permite a realização dessa transposição. V. Ex^a também informa que o volume de água que será retirado é relativamente pequeno em relação à vazão do São Francisco. O São Francisco, Rio da Integração Nacional, nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, atravessa a Bahia e serve a Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Não temos dúvida de que todo governo, além da responsabilidade da administração cotidiana dos assuntos ligados à educação, à saúde, ao saneamento, à segurança pública, ao transporte, tem vontade e o dever de deixar uma grande obra. Recursos hídricos são a maior preocupação do momento e, segundo os estudiosos, será a grande preocupação do milênio que se avizinha. E o Brasil possui quase 20% da água doce do planeta. Temos a solução pela transposição do rio São Francisco e temos as bacias hidrográficas da Amazônia também com condições de transposição, como a bacia do Tocantins, para atender ao Nordeste brasileiro. O São Francisco precisa, urgentemente, de cuidados especiais. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, a partir dos anos 60, instituiu incentivos fiscais que foram responsáveis pelo reflorestamento em vários Estados brasileiros, que nos levou a ser grandes produtores de celulose, com capacidade competitiva no mundo inteiro. No caso, houve uma vontade política de, por meio desse incentivo, encontrar solução para o reflorestamento do Brasil. O São Francisco precisa, urgentemente, da recomposição de suas matas ciliares com essências nativas da região. Essa recomposição é viável desde que sejam reativados os incentivos do IBDF e haja condições para que todos os proprietários de terras situadas às margens do rio realizem o reflorestamento. O desassoreamento também

é outra obra de urgência para o rio São Francisco. Todas essas providências podem ser acopladas ao projeto de transposição para atender aos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Não temos dúvida de que o projeto é tecnicamente viável e, economicamente, todo projeto dessa importância é viável. Eminentemente Senador, do nosso Orçamento, até metade do ano, tivemos 64,8% destinados aos custos financeiros da rolagem das nossas dívidas, enquanto, com investimentos, tivemos cerca de 1%. O Governo não tem feito nenhum investimento, e estamos transferindo a renda nacional para o sistema financeiro internacional. Esse é um grande projeto e ainda há tempo para ser encarado com responsabilidade pelo Governo atual. Não tenho dúvida de que todo o universo, considerando a grande preocupação com recursos hídricos - principal problema que preocupa, atualmente, todas as pessoas, todos os homens públicos daqui e de alhures -, todos vão aplaudir um projeto dessa natureza, assim como iniciar imediatamente estudos que demonstrem tecnicamente a viabilidade da transposição da Bacia do Tocantins. Considero importantíssimo o pronunciamento de V. Ex^a. Estamos solidários, como Senador representante de Minas Gerais e também como um dos companheiros de V. Ex^a no Estado da Paraíba, e à disposição; colaboraremos em tudo que nos couber para que possamos levar ao Governo tudo que represente informação, como também recursos de ordem técnica, legal, constitucional, ou aprovações do que for. Vamos sensibilizar esta Casa, sensibilizar também nossos colegas da Câmara, para que todo o Congresso Nacional lute, enfrente esse desafio e resolva um problema nacional da maior magnitude.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) - Muito obrigado, nobre Senador José Alencar. V. Ex^a, representante de Minas Gerais, Estado que nos abastece com a maior parte das águas do São Francisco, sabe que precisamos desse projeto. Na hora que mais precisamos dessa água é a hora que mais chove em Minas Gerais; há um desencontro climático e isso é muito bom.

V. Ex^a, apesar de ser um Senador mineiro, é o quarto Senador da Bancada paraibana e, por que não dizer, o quarto da Bancada de Campina Grande - somos quatro Senadores aqui de Campina Grande, contando com V. Ex^a -, também muito nos honra ao dizer que marchará conosco nessa luta. Estamos precisando de solidariedade, pois estamos desesperados. Há racionamento d'água por toda a Paraíba: na capital e na zona do brejo. Há racionamento d'água também em Recife, a capital pernambucana. O Nor-

deste, principalmente os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, está sofrendo muito. Fico muito feliz pelo pronunciamento de V. Ex^a.

Senador José Alencar, apresentei, hoje à tarde, dois requerimentos, para os quais peço o apoio de V. Ex^{as}. O primeiro solicita a criação de uma comissão para acompanhar a execução física e financeira das obras do projeto de transposição das águas do São Francisco; O segundo trata do pedido de reabertura da Comissão da Seca, para que possamos acompanhar também esse flagelo.

Pedimos ao Governo Federal pressa, porque quem está com fome e com sede não pode esperar. Não podemos continuar praticando o crime de deixar um cidadão que está com fome e com sede receber com três meses de atraso. Eu queria ver um burocrata sem uma lata d'água e sem nenhum centavo no bolso, ganhando R\$60 por mês, vendo seus filhos desnutridos, passando fome e sofrendo problemas de saúde, esperar três meses para receber essa quantia. É muita falta de humanidade. Estou aqui pedindo solidariedade.

Agradeço ao Sr. Presidente, aos Senadores que me ouvem e ao Senador Carlos Patrocínio, a quem peço desculpas, pois, sem querer, criei um mal-entendido na ordem.

Peço, mais uma vez, solidariedade para atender a esse clamor do povo paraibano.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Miranda.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Mauro Miranda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

S. Ex^a disporá de 50 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vemos finalmente diferentes setores da sociedade civil brasileira unirem-se em torno de um objetivo comum: o combate à pobreza em nosso país. Propostas são lançadas ao debate, acenando com a possibilidade de, a curto ou a médio prazo, elevar os níveis de qualidade de vida de quase metade da população.

Os mais de 16 milhões de brasileiros que conseguem sobreviver em condições subumanas, abaixo

da linha da pobreza, aqueles classificados como miseráveis, precisam, com a máxima urgência, de soluções. Sabe-se que, em todos os casos de subnutrição, algumas seqüelas são irreparáveis – como o retardo mental e várias outras doenças crônicas.

Também os mais de 57 milhões que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA -, vivem com menos de meio salário mínimo por mês, menos de R\$68,00, portanto, necessitam de ações imediatas, caso contrário, também chegarão em breve ao nível de miséria absoluta. Estou certo de que existe uma fórmula para que, a curto prazo, seja mudada a situação desse enorme contingente de brasileiros famintos. Espera-se também que as crianças recebam atendimento prioritário e que, a médio prazo, aspectos fundamentais, como a educação, voltem a promover a ascensão social e econômica em nosso País.

Outro enfoque me parece também da maior importância: a recuperação da dignidade e da cidadania, não só dos chefes de família, reduzidos a essa condição, mas também dos jovens e dos adultos em geral, os quais precisam da oportunidade de promover o sustento próprio e o de seus dependentes. Somente assim ficarão livres da humilhação que é ser alimentado pela caridade alheia. Assim já nos ensinava a sabedoria popular pela voz de um dos seus poetas, o saudoso Gonzaguinha: "Mas, Doutor, uma esmola para um homem que é são, ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A música a que V. Ex.^a se referiu é de Luiz Gonzaga.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sim, nobres Colegas. Nessa época de crise econômica estou-me referindo a emprego, ocupação remunerada que ocupa o corpo e a mente do ser humano e que lhe traz, além da recompensa pecuniária, a auto-realização, a satisfação do dever cumprido.

São milhões de indivíduos de pouca ou nenhuma instrução, obviamente sem qualificação profissional, mas seres humanos, brasileiros como qualquer um de nós, que desejam uma vida decente e um futuro melhor para seus filhos.

Nessas condições, por mais que me esforce, só vejo duas opções: podem se situar onde muitos já se encontram, isto é, na periferia das grandes cidades, vivendo de esmolas ou de expedientes, criando os filhos no meio da violência, sem futuro, sem dignidade e sem esperanças, ou podem se deslocar para algumas das áreas mais distantes dos grandes centros, onde estejam sendo implantadas partes dos eixos de

integração e desenvolvimentos projetados pelo Governo Federal.

As obras de infra-estrutura necessárias à concretização desses eixos, espalhadas pelo território nacional poderão absorver milhares desses compatriotas, devolvendo-lhes a cidadania, a auto-estima, o respeito dos familiares e a consideração social.

Olho o mapa do Brasil e posso aquilatar o desenvolvimento desse gigante, que parece querer, finalmente, despertar. No mapa do meu Estado, Tocantins, conheço os imensos espaços vazios a espera de uma ocupação racional, o solo generoso que aguarda os braços que o farão florescer e frutificar centenas de toneladas de grãos. Lá se situa o eixo Araguaia-Tocantins, que compreende a hidrovía homônima.

A respeito dessa hidrovía, fator essencial ao desenvolvimento do Estado, a imprensa tem apresentado informações contraditórias. Para melhor compreender a verdadeira polêmica ecológica que se formou, recebemos, em meu gabinete, o Dr. Carlos Mota Vilela, Administrador Público, chefe do Núcleo de Operações da Administração de Hidrovias do Tocantins e do Araguaia – Ahitar. A título de esclarecimento, informo aos nobres Colegas que a Ahitar representa a Companhia Docas do Pará, sociedade de economia mista federal vinculada ao Ministério dos Transportes.

Das explicações apresentadas pelo Dr. Carlos Mota, rebatendo, inclusive, algumas informações da mídia impressa e de documentos a respeito dessas obras, parece-me necessário transmitir o seguinte sumário a V. Ex.^{as}:

Sobre os antropólogos e o relatório:

Foram contratados sete antropólogos pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará, a quem coube executar os estudos ambientais (EIA/RIMA). Desses sete, três estão insatisfeitos com a versão do relatório.

O Relatório de Impacto Ambiental contou com a participação de 52 especialistas. Cada equipe teve um coordenador, encarregado da sistematização dos trabalhos elaborados, objetivando dar unidade e uma redação única ao documento. Não houve alterações do conteúdo.

Os sete antropólogos desenvolveram o seu trabalho até a especificação das medidas mitigadoras e compensatórias, as quais somente são aplicadas a empreendimentos viáveis. Caso condenassem a obra, não haveria motivo para a apresentação dessas medidas, as quais foram acatadas e deverão ser executadas.

Quanto aos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes, não estão previstas intervenções no rio Tocantins, em função da usina Hidrelétrica de Serra da Mesa.

A Hidrovia do Araguaia se encerra em Xambioá, no Tocantins, divisa com o Pará, a montante de Santa Isabel, que é uma cachoeira. O trecho da hidrovia em licenciamento, que pertence ao Corredor Multimodal Centro-Norte, não inclui a transposição das corredeiras de Santa Isabel.

O projeto de engenharia que se utilizou de modelos matemáticos de simulação não comprovou alterações hidrológicas por efeito de dragagem e derrocamentos, não devendo ocorrer enchentes e erosões em consequência das obras.

As dragagens, tanto de instalação quanto de manutenção, serão realizadas em segmentos curtos dos rios e, no máximo, três vezes por ano.

Não serão utilizadas explosões e sim martelinhos hidráulicos que, conforme expliquei em pronunciamento anterior, conseguem destruir rochas sem agredir a fauna aquática.

Quanto aos seres vivos, as intervenções não aumentarão a poluição nos rios e, por consequência, não influirão na taxa de mortalidade indígena.

Os animais em extinção existentes na região foram relacionados, não se comprovando aumento de riscos a essas espécies.

Portanto, esse é um relatório muito bem elaborado, analisando todos os aspectos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os olhos da Nação estão voltados para o Estado do Tocantins; para o extraordinário potencial dos seus recursos naturais; para os grandes vazios populacionais do seu território; para as enormes possibilidades de convivência harmônica do homem com a natureza, se soubermos tomar as decisões corretas, frutos do estudo e da reflexão, sem arroubos emocionais ou interesses menores.

Outro aspecto que desperta o interesse da população e também do empresariado tocantinense é o Projeto Javaés, que pode transformar o meu Estado na maior fronteira agrícola do Brasil. Com a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, espera-se que o Projeto Javaés receba um grande impulso, já que sua área se expandirá em mais 65 mil hectares, atraindo um volume de investimentos considerável.

A primeira fase daquele projeto, com uma área irrigável de 1 milhão de hectares, encontra-se em execução pelo setor privado. Abrange as regiões de Pium, Lagoa da Confusão (20 mil hectares de arroz) e Dueré (10 mil hectares). Naquelas áreas, as lavouras

são irrigadas por inundação, da mesma forma que no Projeto Rio Formoso, onde existem 60 mil hectares de arroz irrigado.

Prevê-se que, após a construção das seis barragens previstas, 280 mil hectares serão irrigados. Teremos, então, uma produção de arroz em torno de 1,6 milhão de toneladas, apenas na 1ª fase do Projeto Javaés.

Segundo a **Gazeta Mercantil**, o Tocantins colheu, neste ano de 1999, 440 mil toneladas de arroz. Ressalte-se, no entanto, que a maior parte dos empreendimentos agrícolas não dispõe de energia elétrica. É preciso destacar, outrossim, que 65% da produção, isto é, 288 mil toneladas, resultaram de lavouras irrigadas por inundação. Importa, ainda, divulgar que a produtividade média daquela microrregião é de 4.420kg por hectare; bem maior do que a média nacional de safra do ano anterior, que foi 2.656kg.

No Município de Lagoa da Confusão, realizam-se testes experimentais com novas técnicas aplicadas à cultura do feijão pelo sistema subirrigado. O cultivo dessa leguminosa vem despertando a atenção e o interesse de vários produtores. Explicam os técnicos que, nesse sistema, o feijão apresenta uma produtividade elevada, sendo reduzidos os custos com defensivos agrícolas e energia elétrica.

Em suma, Srs. Senadores, os principais pólos de produção agrícola se situam, especialmente, no oeste do Estado, próximos à Ilha do Bananal, bem como em outros municípios, a exemplo de Guaraí, Pedro Afonso, Campos Lindos e adjacências. Segundo a imprensa tocantinense, um grupo de empresários prepara a implantação de um projeto agrícola de 70 mil hectares, no Município de Guaraí; na safra 1999/2000, já deverão plantar 5.000 hectares de soja.

A microrregião de Guaraí vem atraindo a atenção do empresariado, tanto por integrar a estratégia de expansão da fronteira agrícola do Estado de Tocantins quanto pela proximidade do Município de Pedro Afonso. No próximo ano, o porto fluvial do Município de Pedro Afonso, no rio Tocantins, já deverá estar funcionando, permitindo o transporte hidroviário dos grãos até o trecho da Ferrovia Norte-Sul, em Estreito, no Maranhão.

Desde 1995, o plantio de soja vem se expandindo nos cerrados tocantinenses. Desenvolvido inicialmente em Pedro Afonso, através do Prodecir III, ressalta atualmente o Município de Campos Lindos, divisa com o Maranhão e contíguo à região de Balsas, onde há uma grande produção de soja, como a mais recente área de interesse dos sojicultores. Para isto, muito concorreram a regularidade climática e a quali-

dade do solo, o que estimulou a implementação de um novo projeto de desenvolvimento agrícola pelo Governo Estadual.

Segundo a Monografia n.º 2 da coleção **Amazonian Papers**, intitulada "A Amazônia Rumo ao Ciclo da Soja", de autoria de Renata Carvalho, estima-se que a produção de soja de Campos Lindos cresça das 12 mil toneladas atuais para 74 mil toneladas no ano 2000. Note-se que os R\$40 milhões previstos para o projeto de Campos Lindos são de origem privada, diferentemente dos investimentos realizados no Prodecer III, que é um acordo nipo-brasileiro.

Pretende-se, com esses esforços, aumentar a escala de produção da soja, viabilizando-se a produção agroindustrial no Estado de Tocantins e a implantação de um projeto de agroindústria de esmagamento, a médio prazo, no Município de Pedro Afonso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Monografia há pouco citada deixa claro que o cultivo de soja na Região Amazônica dá início a uma mudança significativa nos modelos de ocupação do espaço territorial, conduzindo a economia regional a um modo de produção diferente daqueles tradicionalmente empregados na região.

O Brasil mantém-se atualmente como segundo maior produtor de soja, atrás dos Estados Unidos, país que é também o maior consumidor. Muitos desconhecem, no entanto, que a supremacia norte-americana se restringe apenas ao tamanho da área cultivada, já que a produtividade brasileira por hectare é superior. Levando-se em conta que aquele país do Norte não conta com áreas disponíveis para expansão agrícola, o Brasil poderá, em breve, assumir a liderança dos países produtores do grão.

A soja e seus derivados, que compõem o principal item do balanço comercial brasileiro, vêm encontrando tamanho potencial de crescimento no mercado internacional que levou o Governo Federal a anunciar, recentemente, metas de exportação de 100 milhões de toneladas de grãos em 2002. Já em 1999, somente a exportação da soja em grãos, sem incluir o farelo e o óleo, deverá chegar em 9,5 milhões de toneladas, com previsão de crescimento de 39% até o ano 2005.

Todas essas expectativas, entretanto, dependem de vários fatores, entre os quais se destaca o escoamento. V. Ex^{as} se recordam de que, em recente pronunciamento, referi-me ao Relatório dos Plantadores de Soja Norte-Americanos. Segundo aqueles produtores, enquanto o sistema de transporte de car-

gas fosse deficiente, o Brasil jamais se destacaria no mercado internacional como um grande exportador.

Sr. Presidente, nobres Senadores, previu Dom Bosco que do centro do Brasil brotariam alimentos para o mundo. Os estudos de viabilidade desenvolvidos demonstram, com base na relação custo/benefício e na taxa de retorno do capital, que a Hidrovia Tocantins-Araguaia é viável economicamente, possuindo indicadores bastante expressivos e que atestam essa viabilidade.

Coloco à disposição dos ilustres Colegas os documentos em meu poder – o Relatório de Impacto Ambiental (Hidrovia Tocantins-Araguaia) e as recomendações para projeto, construção e operação de embarcações. Neles estão incluídas as conclusões da equipe técnica que analisou exaustivamente o projeto e suas respectivas implicações.

Referi-me, recentemente, à suspensão das audiências públicas pela autoridade judiciária. Considero da maior importância esses encontros com a comunidade, pois representam oportunidades indispensáveis de esclarecimentos recíprocos.

Acredito que a Hidrovia terá um efeito positivo sobre a economia do Estado do Tocantins, com o potencial de transportar 6 milhões de toneladas de carga por ano, constituindo-se em um grande fator de expansão e produção agrícola do meu Estado.

Sr. Presidente, recebi carta da Prefeitura Municipal de Água Boa e de inúmeras entidades representativas daquela localidade: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Associação Comercial e Industrial, Sindicato Rural, Rotary Club, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Lions Club, Cooperativa dos Produtores Rurais, Loja Maçônica Luzes do 3º Milênio, Associação dos Engenheiros Agrônomos e Sistema de Crédito Cooperativo.

A Nota de Repúdio que me foi enviada por essas entidades trata das reiteradas manifestações ou embargo das audiências públicas que dizem respeito à concretização da Hidrovia Tocantins-Araguaia.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que publique na íntegra esta Nota de Repúdio da sociedade e da Prefeitura Municipal de Água Boa, no Estado do Mato Grosso, com a devida permissão dos nossos queridos colegas mato-grossenses.

O Presidente Fernando Henrique declarou sonhar com uma sociedade que dê emprego a todos. Para mim, uma parte significativa deste Brasil socialmente justo está no solo e nas águas do meu Estado, Tocantins, que está pronto a acolher, sem discriminação, as esperanças e os esforços dos brasileiros capazes de fazer aflorar suas riquezas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE REFERE
O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

OF/GP/CIRC. Nº 003

De 28 de outubro de 1999

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Patrocínio
Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Senador,

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia de Nota de Repúdio, em anexo, assinada pelas lideranças locais, cujo ato expressa o atual posicionamento do povo aguaboense contra as atitudes dos representantes do Ministério Público Federal, sediados nos Estados de Goiás, Maranhão, Tocantins, Pará e, o que é mais estranho, o de Mato Grosso.

Estes procuradores têm procurado de todas as formas atropelar a realização das Audiências Públicas necessárias ao Licenciamento Ambiental da Hidrovia Tocantins-Araguaia, propondo na Justiça Federal ações civis contra as Audiências Públicas, sempre na calada da noite, prejudicando o bom e necessário processo, levando as comunidades envolvidas ao desespero, e ante-vedo um futuro sombrio para a Hidrovia Tocantins-Araguaia.

Nestes termos convidamos o Ilustre Parlamentar para nos acompanhar nesta jornada difícil, cujo apoio é de fundamental importância para a consolidação de nossa hidrovia.

Contando mais uma vez com a colaboração do Ilustre Senador, renovamos, em nome de nossa comunidade, votos da mais alta estima e apreço.

Atenciosamente, **Luiz Elias Abdalla** Prefeito.

NOTA DE REPÚDIO

A Comunidade do Município de Água Boa/MT, representada pelas entidades abaixo relacionadas, vem de público repudiar a insidiosa campanha contra a Hidrovia Tocantins-Araguaia, anteriormente manifestada através de ONG, e hoje através de representantes do Ministério Público Federal, representado pelos Procuradores Regionais, especialmente o de Mato Grosso e, também, do Estado de Goiás, que demonstram, com isso, um inequívoco desconhecimento de causa sobre a implantação da Hidrovia Tocantins-Araguaia, provocando ações civis na Justiça Federal, tentando, com isto, adiar ou interromper as audiências públicas para o licenciamento ambiental deste importante meio de transporte fluvial.

O Ministério Público Federal, através de suas Procuradorias Regionais, sediadas nos cinco estados que serão beneficiados pela Hidrovia, está interferindo acintosamente na realização das audiências públicas promovidas pelo Ibama, cujas ações são realizadas às escondidas, no calar da noite, sempre às vésperas da realização das Audiências Públicas, cujas intenções não demonstram transparência por que deve pautar as instituições públicas, e, sim, prejudicar a realização destas audiências. Perguntamos: por que não entraram com as ações em tempo hábil para que as outras partes pudessem defender o EIA-RIMA? Parece-nos que as idéias claras não são o apanágio de nossos dias. As Audiências servirão para instruir e orientar as comunidades localizadas nas imediações dos rios abrangidos pela Hidrovia. Perguntamos novamente: por que os ditos procuradores não tiveram a coragem de defender suas idéias nas Audiências Públicas? O Ministério Público tem participação direta em tais eventos, e não deveriam se abster de participar.

Estamos mais do que convictos da lisura do EIA/RIMA, e mais do que isto, temos certeza que nosso País tem tecnologia e organização suficiente para implantar tal hidrovia, de forma sustentada e ecologicamente equilibrada, sem comprometer nossos irmãos silvícolas habitantes da região, e nem tampouco o meio ambiente local.

Todavia, interesses de toda ordem, muitas vezes inconfessáveis, se insurgem para não permitir que nossa região e nosso país possam crescer e desenvolver harmonicamente, e ainda, divulgar ao mundo que é possível prosperar preservando nossas riquezas naturais para as gerações futuras.

Nós cidadãos que escolhemos este rincão do Brasil para construir nossos sonhos, não mais podemos ver o suor de nosso rosto ser conspurcado por aqueles que vivem alhures, tramando nos escritórios das grandes cidades e deixando que permaneça nossa Pátria num ambiente de devastação e miséria, que estes mesmos permitem, pois que por lá nada resolvem, e por aqui nunca aparecem.

A revista *Veja*, publicou matéria sobre a importância da consolidação da Hidrovia Tocantins-Araguaia em sua edição nº 1621, de 27-10-99 pág. 47, que assim descreveu:

“... para abrir o corredor, que pode despejar a produção de Mato de Grosso no porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão, basta construir uma estrada de ferro de 165km entre Xambioá, no Araguaia, e o Município de Estreito no Maranhão, e investir na Hidrovia Tocantins/Araguaia”. Isto não são palavras nossas, mas de reportagem desta importante revista brasileira. Segundo palavras do Gerente Geral do Consórcio de Consultorias, Michael Gartenkraut: “A queda do custo do frete, com estas obras, aumentará tanto a competitividade que vai tirar o sono dos produtores americanos”. O que querem, então, se está claro e cristalino.

Reafirmamos, agora, nossa confiança no Poder Judiciário e cremos que daqui para frente nada mais vai impedir que as Audiências Públicas do Processo de Licenciamento Ambiental da Hidrovia Tocantins/Araguaia fique eternamente na dependência do Ministério Público Federal, que a cada audiência, entra com uma ação civil, tentando evitar a realização das audiências, sendo que os representantes do Ministério Público falam sem conhecimento de causa, pois não tiveram o bom senso de pelo menos visitar a região, e desta forma, fundamentar suas declarações.

O Ministério Público, no nosso entender, representa o Estado, e deve pautar pelo interesse “público”, e jamais contrário a este.

Se o pretexto é a questão indígena isto já passou há muito tempo, pois vivemos em harmonia como brasileiros que somos. Qualquer tentativa de exclusão deste ou daquele povo, onde o benefício para a maioria seja ultrajado por Interesse de uns poucos, está na contramão da história e que não é mais admissível nestes tempos.

Finalizando, como representantes da comunidade, pedimos que fique garantido o processo de Licenciamento e Implantação da Hidrovia Tocantins/Araguaia por tratar-se de um legítimo anseio de nossa população e meta prioritária do Governo Federal, cujo projeto faz parte do Plano do Governo Federal, aprovado pelo Congresso brasileiro, denominado de Brasil em Ação.

Água Boa (MT), 26 de outubro de 1999. – Prefeitura Municipal de Água Boa, **Luís Elias Abdalla**, Prefeito – Associação Comercial e Industrial, **Ivo Francisco Niedermayer**, Presidente – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, **Laércio Mariano da Cruz**, Presidente – Lions Club de Água Boa, **Liesson Isidoro Coelho**, Presidente – Loja Maçônica Luzes do Milênio, **Amirto Ananias Neto**, Presidente – Associação dos Engenheiros Agrônomos, **Eurico Procópio Pompeu**, Presidente – Câmara Municipal de Água

Boa, José Ari Zandoná, Presidente – Sindicato Rural, Celso José Spenthof, Presidente – Rotary Club de Água Boa, Luiz Omar Pichetti, Presidente – Loja Maçônica Coração do Brasil, Sebastião Nelson da Silva, Presidente – Coop. dos Produtores Rurais, Allison Luiz Arantes, Presidente – Sistema de Créd. Cooperativo, Marco Antonio Alburg, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, por até 50 minutos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Senadores, quero abordar dois assuntos importantes do Estado do Rio de Janeiro. A primeira questão refere-se ao Banerj, Banco do Estado do Rio de Janeiro, privatizado no Governo Marcelo Alencar, cujos empregados tinham o seu Instituto de Previdência, a Previ-Banerj, que detinha um recurso considerável. Com a privatização da Instituição, o Governo do Estado quer utilizar o recurso que seria destinado ao pagamento dos servidores aposentados do Banco para pagamento de todos os servidores do Estado do Rio de Janeiro.

Recebi carta do Secretário Executivo do Fórum das Entidades do Banerj, Roberto Percinoto, nos seguintes termos: O noticiário da imprensa sobre a renegociação da dívida do Estado do Rio de Janeiro e a posição assumida pelo Governador Anthony Garotinho vêm intranquilizando aposentados e pensionistas do Banerj.

É bom lembrar que a Resolução nº 6.197 desta Casa Legislativa constituiu a chamada Conta "A" na Caixa Econômica Federal, conta que tem destinação exclusiva para pagamento e garantia dos compromissos assumidos com os antigos participantes da Previ-Banerj, ou seja, os R\$2,5 bilhões depositados na Caixa Econômica Federal são apenas para pagamento de aposentadorias e pensões dos inativos do antigo banco estadual. No caso, os funcionários ativos tiveram duas opções: receber a reserva de poupança ou a renda mensal, conforme a escolha efetuada.

Relembrar as razões que levaram o Governo Federal a optar pela abertura da referida Conta "A" ajuda a entender o equívoco do Executivo quanto à disponibilidade daqueles valores. A saída encontrada foi a negociação dos direitos entre os participantes do fundo de pensão, a Previ-Banerj, e o Estado do Rio de Janeiro, consubstanciada em dois contratos de assunção de obrigações e negócios jurídicos: um, que o Estado do Rio assinou com a Previ-Banerj, relativo aos direitos previdenciários; outro, com o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A, correspondente aos direitos trabalhistas. A esses, aderiram os detentores daqueles direitos que assim desejaram, através de

contratos individuais denominados termos de adesão. Todos esses instrumentos contêm cláusulas e condições que fazem parte do acordo fechado entre as partes e que, por óbvio, não podem ser modificados unilateralmente por uma delas.

Existe uma situação consolidada que não pode ser ignorada: são 15 mil tratos (termos de adesão) assinados, e não há como mudá-los de forma unilateral apenas porque governantes querem. A cláusula XIII estabelece que "o contrato é irrevogável e é irretroatável, inclusive por seus sucessores e descendentes". Rompimento de contrato é uma ilegalidade, por mais nobres que venham a ser os motivos; é caso de justiça. O funcionalismo do Banerj e suas entidades representativas estão vigilantes no sentido de preservar direitos legais e legitimamente adquiridos. Portanto, como já me referi no início do pronunciamento, esta Casa já deu o seu parecer através da Resolução Nº 61/97. Então, não cabe ao Senado Federal retomar uma prestação vencida.

Outro ponto da renegociação da dívida a qual gostaria de me referir é a situação dos 800 funcionários do Banerj que se encontram em disponibilidade no Banco do Estado do Rio de Janeiro. Esses servidores não foram transferidos para o Banco Banerj S/A, sucessor do antigo Banco do Estado. Esses trabalhadores têm sua situação de emprego indefinida, já que nos chegamos informações que está para acontecer a conversão da liquidação extrajudicial para a liquidação ordinária, sendo que em breve tempo seria solicitada a extinção do antigo Banerj.

Pergunto: Como ficariam esses 800 chefes de família que apenas querem o direito de trabalhar? Por tudo isso, aguardo a resposta do Banco Central ao requerimento de informações sobre a liquidação do Banerj e de sua caixa de previdência. Esta operação foi uma das suas maiores maracutáias que este País já viu, a privatização do Banerj.

Sr. Presidente, na segunda parte do meu pronunciamento, quero referir-me mais uma vez ao problema do Estado do Rio de Janeiro, que chamo de os fantasmas do Riocentro e da CSN. É preciso apurar para escrever a verdadeira história recente do Brasil.

A História do Brasil não pode estar cheia de sombras e fantasmas". Foi o que disse recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao se referir ao novo Inquérito Policial Militar, IPM, do caso Riocentro.

Este que foi um dos episódios mais obscuros do terrorismo de Estado, aconteceu na noite de 30 de abril de 1981, portanto, quase dois anos após a Lei da Anistia. Uma bomba explodiu dentro de um automó-